Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela

FUNDADA EM 1909

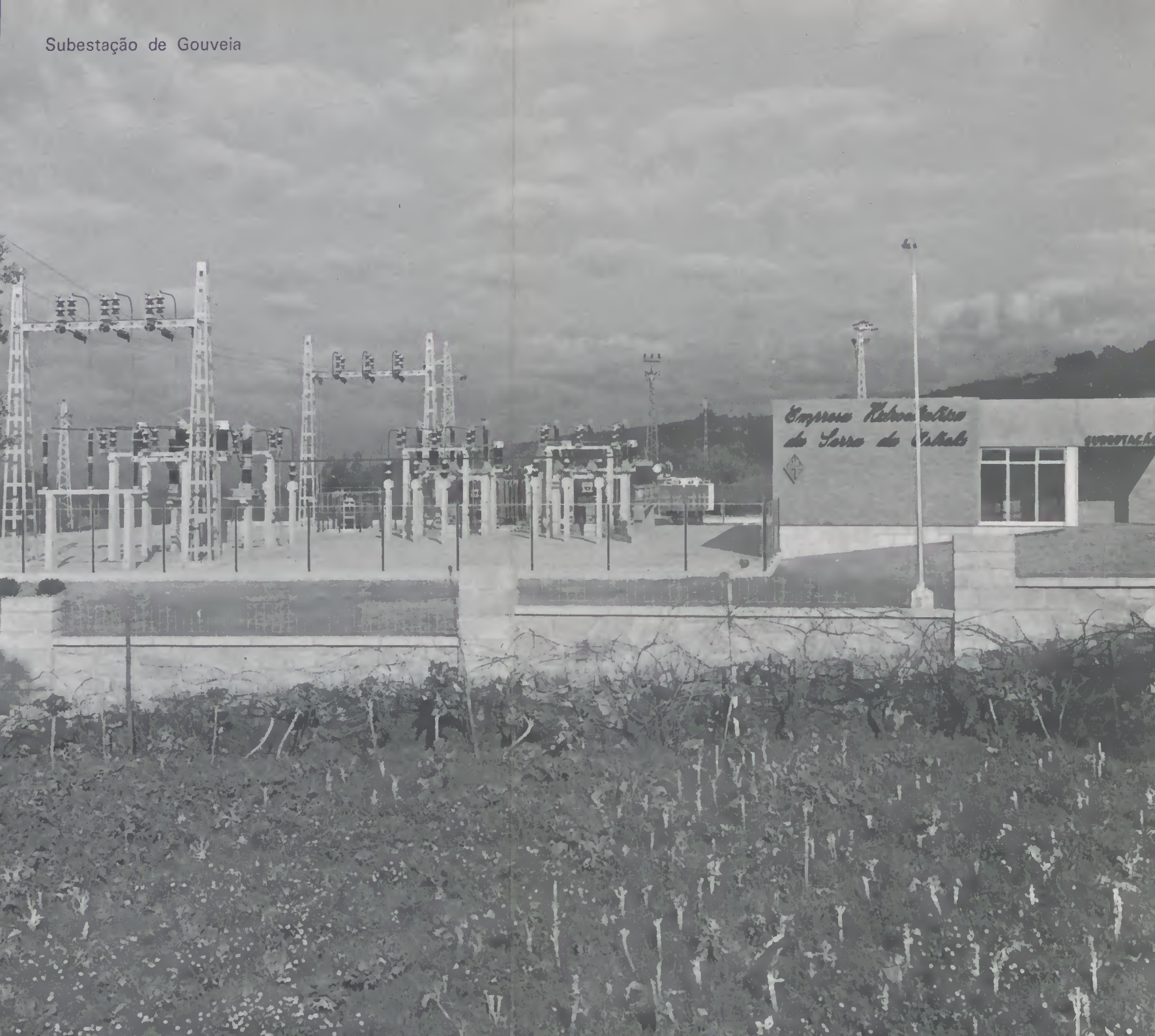
S.A.R.L.

Capital 200 000 contos

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS À GERÊNCIA DE 1972

Sede em Lisboa

Av. Sidónio Pais 26



Subestação de Gouveia

SEXAGÉSIMO QUARTO EXERCÍCIO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os Snrs. Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na Sede social, pelas 15 horas e 30 minutos do dia 30 do corrente, a fim de:

1.º — deliberarem sobre o relatório, o balanço e as contas do Conselho de Administração e o relatório e parecer do Conselho Fiscal com referência ao exercício de 1972;

2.º — procederem à eleição, por três anos, dos vogais do Conselho de Administração e da Junta Consultiva, do presidente e dos restantes vogais do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral;

3.º — darem cumprimento ao preceituado no Art. 29.º dos Estatutos;

4.º — deliberarem sobre assuntos administrativos.

Nos termos do Art. 19.º dos Estatutos, as acções ao portador terão de ser depositadas até ao dia 21 do corrente, na Sede social ou em qualquer Estabelecimento de crédito do País.

Lisboa, 1 de Março de 1973

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Doutor Adelino da Palma Carlos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adelino da Palma Carlos

VICE-PRESIDENTE

Doutor Paulo Manuel de Pitta e Cunha

1.º SECRETÁRIO

Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos SARL

2.º SECRETÁRIO

Eng.º José Lopes da Silva Braz Frade

JUNTA CONSULTIVA

Doutor António Jorge da Motta Veiga — Presidente

Eng.º Augusto Manuel Antas de Barros
(Montepio Geral)

Eng.º Mamede Fialho
(União Eléctrica Portuguesa SARL)

Eng.º Alberto Saraiva e Sousa
(SAGA — Sociedade de Administração e Gestão de Bens Mobiliários Atlântico SARL)

Dr. André Daniel Calvo Velasco
(Companhia Eléctrica das Beiras SARL)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º João Gomes de Almeida Rezende — Presidente

D. Maria Emília Reis Ferreira Mirabeau da Cruz

Manuel Rodrigues Lagos

Eng.º José Braz Frade Grangeio

Eng.º José Guedes Pinto Machado

Eng.º José Moreira de Vasconcellos

Álvaro Jorge
(C. Ribeiro Ferreira Lda.)

CONSELHO FISCAL

Dr. António Francisco Rodrigues Nogueira Dias Costa — Presidente

EFECTIVOS

Dr.ª D. Maria José Galhardo

Eng.º António Braz Pessoa Lopes da Costa Leitão

Dr. Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo

Albano da Costa Lobo
(Pancada, Moraes & C.ª)

SUPLENTE

Francisco Manuel Correia Coelho de Campos

Senhores Accionistas

Abrimos este relatório evocando a memória do nosso grande amigo Fernando Nunes de Carvalho, membro do Conselho Fiscal desde 19-XI-1968, cuja perda se verificou em 8 de Julho de 1972, e renovamos o merecido preito de homenagem oportunamente exarado na acta da sessão do Conselho de Administração de 17 de Julho do ano findo.

*
* *

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de VV. Exas. o balanço e as contas referentes ao exercício de 1972, o sexagésimo quarto da Empresa.

CONSIDERAÇÕES GERAIS — Conforme referência feita na Assembleia Geral Ordinária realizada em Março de 1972, formalizaram-se todas as necessárias diligências para ser levado a efeito um aumento de capital, para melhor consolidação financeira e para fazer face aos constantes investimentos que a Empresa tem de realizar, cuja aprovação, por unanimidade, teve lugar na Assembleia Geral Extraordinária realizada em Maio seguinte. Do sucesso dessa emissão é bem demonstrativo o facto de somente não terem sido subscritas pelos Snrs. Accionistas, no uso do seu direito de preferência, onze acções que ficaram em carteira na Empresa, por manifesta impossibilidade de serem convenientemente rateadas. Foi a ocasião, de realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, julgada oportuna para se proceder simultaneamente à adaptação dos Estatutos da Empresa a novas determinações legais e à modificação de algumas das suas disposições, em ordem a simplificar a vida da Sociedade e à inclusão, também, de normas que a prática já consagrou. A competente escritura de aumento de capital e alteração dos Estatutos teve lugar em 31 de Julho, estando tudo preparado para que ao receberem os Snrs. Accionistas este relatório já tenham na sua posse os títulos definitivos representativos das acções subscritas.

— Continuámos no ano findo a despender o melhor do nosso esforço no acompanhamento dos problemas sectoriais e empresariais a que tivemos de atender. Através do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, a cuja Direcção endereçamos os nossos louvores, ou directamente junto das Entidades oficiais, tratámos de assuntos da maior relevância, em defesa dos legítimos direitos da Empresa, nunca deixando de atender à circunstância de desempenharmos um serviço de carácter público e, como tal, de interesse nacional.

— A procura sistemática do aperfeiçoamento da nossa acção, a todos os níveis, conduziu-nos à melhoria da qualidade do serviço prestado, ao aumento da rendabilidade dos diferentes núcleos que constituem o todo da Empresa e à possibilidade da extinção de alguns postos de trabalho, tendo-se devidamente atendido à situação dos funcionários que ocupavam esses postos, que ou foram transferidos para outros serviços, ou passaram à situação de reforma ou, em poucos casos, despedidos com o pagamento das indemnizações legais. Assim foi possível fazer face a substanciais aumentos de encargos que, de nossa iniciativa e com toda a justiça, resultaram da melhoria das retribuições dos funcionários,

que com tanta dedicação e competência dão o melhor do seu esforço ao engrandecimento da nossa Empresa. Destas medidas, destacamos a elevação do valor do ponto do Contrato Colectivo de Trabalho de Esc. 16$00 para Esc. 18$00, com efeitos desde Outubro último, e a extensão à totalidade dos funcionários não abrangidos pelo mesmo contrato das regalias que no mesmo se referem a Previdência e Abono de Família. Ainda estão para ser conhecidas as conclusões da arbitragem realizada em 1972, com vista à revisão do citado contrato, em processo desencadeado a pedido dos Sindicatos. Com uma certa preocupação aguardamos a homologação da respectiva decisão, pois os seus reflexos na economia da Empresa podem ser altamente significativos. Teremos de prosseguir intensamente no caminho traçado da procura sistemática das soluções óptimas, tanto mais que, de entre outros, apresenta-se-nos como factor perturbador do pretendido equilíbrio a constituição de Federações de Municípios. A este problema nos voltaremos a referir, limitando-nos aqui a mencionar os seus reflexos na estrutura da Empresa, pelas alterações forçosamente a introduzir no seu organigrama e pela atenção a dispensar ao problema dos funcionários destacados para os respectivos serviços. Em nosso entender, não será assim que melhor poderão ser aproveitadas as disponibilidades económicas, técnicas e humanas das estruturas já existentes e que bem demonstraram estar aptas a satisfazer cabalmente o que delas é exigível.

— Os acréscimos verificados em Balanço nas diferentes rubricas do «Imobilizado» ascenderam a Esc. 41 751 722$79, correspondendo Esc. 17 649 186$10 às instalações de «Produção», de «Grande Distribuição» e de «Pequena Distribuição» e o remanescente às outras rubricas, valores estes que se referem ao «Imobilizado» inicial e, portanto, antes das deduções provenientes das amortizações feitas. Atingiu-se, assim, a elevada verba no «Imobilizado» inicial de Esc. 769 981 060$46, bem demonstrativa da extensão e da profundidade dos serviços desempenhados. Apesar da melhoria dos resultados da conta de «Ganhos e Perdas», em grande parte derivada do acréscimo verificado na produção de energia, pela ocorrência de chuvas persistentes, em especial no último trimestre do ano, continuam a revelar-se francamente baixos os índices económicos do lucro do exercício, e desta verba acrescida da contabilizada como «encargos de investimento», sobre o citado valor do «Imobilizado» inicial, que em 1972 foram de, respectivamente, 2 % e 5 %. Só a política de há muitos anos seguida de capitalização de fundos, em prejuízo dos interesses imediatos dos Snrs. Accionistas, tem permitido o não se agravar a rendabilidade global da Empresa. Teremos de continuar com afinco na procura do justo equilíbrio entre receitas e despesas, atendendo devidamente a todos os factores em presença, não esquecendo que alguns investimentos, e até de certo montante, se podem traduzir num conjunto de vantagens de significado real. Como simples exemplo, citaremos o investimento feito em máquinas e equipamentos, que melhoraram sensivelmente o rendimento de operações de cálculo e projecto e, principalmente, de execução das respectivas obras.

EXPLORAÇÃO E ESTATÍSTICA — Conforme referimos no anterior relatório, entrámos o ano com o embalse nas nossas albufeiras reduzido a 7,2 % da sua capacidade máxima. Não obstante, a regular distribuição das precipitações, e o seu volume total, permitiu atingir-se no ano findo uma produção significativa, só ultrapassada pela do ano de 1969. De realçar as afluências verificadas no último trimestre do ano, que permitiram a produção de cerca de 72 GWh nesse período e chegar-se ao final do ano com um embalse da ordem dos 61,4 % da capacidade total. Se à produção total de 182 034 320 kWh adicionarmos a diferença entre os armazenamentos verificados no fim e no início do ano, o valor obtido ultrapassa os 200 GWh, número que bem demonstra as potencialidades do nosso

sistema produtor de energia eléctrica, desde que a sua exploração se faça, como tem sido possível, nas melhores condições, sem perdas sensíveis por descarregamentos nas albufeiras. Nos números indicados incluíram-se os respeitantes ao aproveitamento do Pateiro, que vinha sendo explorado pela Empresa em regime especial, uma vez que só em 11 de Dezembro último foi publicada no Diário do Governo a autorização de transferência para a Empresa da respectiva concessão, problema de que nos vínhamos a ocupar desde 1970. A energia adquirida ascendeu a 56 809 000 kWh, pelo que a emissão total se cifrou em 238 843 320 kWh, máximo de sempre verificado na Empresa, superior em cerca de 5,7 % ao anterior, de 1971. Apesar dos números que acabamos de referir, a estiagem do final de 1971, que ainda se prolongou pelos primeiros dias de Janeiro de 1972, ocasionou a necessidade de elevar a «ponta» de compra de energia, o que se traduziu numa reduzida utilização dessa «ponta», cerca de 3 100 horas, e consequentemente num preço médio de compra que muito se aproxima dos $43/kWh. Os consumos permanentes, não permanentes e totais atingiram, respectivamente, 181,4 GWh, 34,3 GWh e 215,7 GWh, com as variações em relação ao ano anterior de, respectivamente, mais 11,6%, menos 14,2% e mais 6,5%, pelo que as perdas totais de energia, na produção e na distribuição, ascenderam a 23,1 GWh, 9,7 % da energia total emitida. O número de consumidores permanentes subiu para 60 834, superior em 8,3 % ao verificado no ano anterior; a dimensão que este número traduz permitiu, com a devida organização dos respectivos serviços, uma economia de gestão que pena é seja prejudicada por decisões estranhas à Empresa, e que se antevê não possam ser contrariadas. Pela primeira vez, em 1972, a «ponta» máxima resultante da rede dos consumidores permanentes ultrapassou a que podemos produzir com as nossas centrais, pelo que a respectiva exploração cada vez mais atenção requer, havendo ainda que despender esforços sensíveis no caminho de melhorar os diagramas de cargas.

PROJECTOS E OBRAS — Destacamos a actividade desenvolvida no sector da pequena distribuição, pois ao mesmo se refere a entrega de 61 projectos para licenciamento à Exma. Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, num total de 89, e o terem-se electrificado 20 sedes de freguesia e mais 38 povoações anexas, num total, portanto, de 58, o que representa, em média, um ritmo de electrificações superior a uma povoação por semana. Só foi possível alcançar este volume de obras por uma estruturação aperfeiçoada das respectivas brigadas e serviços interessados, concretizada pela aquisição de máquinas calculadoras da maior eficiência e de equipamento mecânico de trabalho, o que representou um investimento de certa monta mas que produziu os resultados esperados. Como facto a assinalar com satisfação, informamos ter a Empresa já sido contactada por Entidade a ela estranha no sentido de lhe serem facultados todos os elementos que lhe permitam organizar de maneira semelhante os seus serviços. Estamos aptos, assim, a corresponder a desejos superior e expressamente manifestados de, com o aumento das comparticipações a conceder pelo Estado no corrente ano e nos seguintes, se estender a toda a população os benefícios da utilização da energia eléctrica, iniciativa das mais louváveis sobre todos os aspectos, nomeadamente no campo social, embora a rendabilidade das electrificações novas deixe muito a desejar, pelo menos nos primeiros anos depois da sua concretização. Para além desta actividade, remodelaram-se, ampliaram-se ou beneficiaram-se outras redes de baixa-tensão; com a construção de 43 novos postos de transformação, atingiu-se no seu conjunto a potência total instalada de 27 315 kVA. Construíram-se mais de 100 km de linhas de alta-tensão, pelo que a sua extensão total ultrapassou os 1780 km; o consumo permanente anual por quilómetro de linha de alta-tensão ultrapassou ligeiramente a média de 0,1 GWh/km, valor francamente baixo, derivado da falta de desenvolvimento industrial e económico da

zona do País que servimos, e para a qual deveriam ser orientados novos investimentos industriais, que mais riqueza e consumo nela originassem.

— Dentro do plano estabelecido, e de acordo com quanto já citámos em anteriores relatórios, continuamos a proceder a diversos trabalhos nas nossas subestações, ou de ampliação ou de remodelação, como nas de Seia, de Gouveia e da Guarda, ou de revisão geral dos seus equipamentos, como na de Gumiei. Iniciou-se a construção da nova subestação de 60/40/15 kV de Celorico da Beira, que substitui o anterior posto de seccionamento e será, como nas subestações ultimamente instaladas, do tipo «não assistida», isto é, equipada com automatismos. A capacidade de transformação vai ser reforçada com a instalação de 3 novos transformadores de 10 MVA, de 60/15 kV, construídos em empresas nacionais.

— Relativamente ao sector da produção, continuámos com o plano de automatização dos comandos das centrais e dos respectivos órgãos de manobra, com vista à eliminação de vários postos de trabalho, construindo-se em grande parte o equipamento necessário nas nossas oficinas de serralharia-mecânica. Entrou em serviço a central de Riba-Côa depois de reconstruída a roda da turbina, trabalho integralmente feito nas nossas oficinas especializadas e que se verificou ter produzido os melhores resultados. Iniciaram-se trabalhos de remodelação da central do Sabugueiro, de modo a permitir na respectiva subestação a elevação da tensão para 60 kV, tensão esta a utilizar no transporte de energia para a subestação de Seia. O respectivo transformador de 16 MVA já foi entregue, destinando-se estes trabalhos a conseguir uma diminuição sensível de perdas de energia, a garantir reservas de transformação nas tensões de 40/60 kV na subestação de Seia e a libertar os transformadores substituídos que, assim, irão ser deslocados para as centrais de Ponte de Jugais e Vila Cova, retirando-se as unidades ali existentes, mais antiquadas e com largos anos de serviço. Foram realizadas todas as necessárias diligências para que na próxima época estival seja realizada a empreitada de protecção anticorrosiva das condutas das centrais de Ponte de Jugais e Vila Cova, trabalhos indispensáveis para a sua boa conservação, impedindo a corrosão do material que as constitui, e que representará um encargo de cerca de 3 600 contos. Foi presente às Entidades oficiais o projecto para o alargamento, para cerca de três vezes, da capacidade da câmara de carga da central de Vila Cova, obra a realizar simultaneamente com os anteriores trabalhos, estando em curso os estudos para a montagem de sistemas automáticos de limpeza de detritos, junto às entradas das condutas das centrais, com vista a melhorar as condições de exploração das mesmas. Na continuação de anterior programa, prosseguiram-se os estudos para a automatização progressiva de todo o sector da produção, em contactos com Sociedades internacionalmente especializadas no assunto, com o objectivo de se instalarem equipamentos electrónicos, que permitam, por meio de reguladores de acção rápida e da mecanização de órgãos de manobra e comando, o arranque e paragem automática dos grupos, com sincronização também automática, e, numa segunda fase, o comando das centrais a distância, a partir de um centro de exploração devidamente localizado.

— As nossas oficinas responderam plenamente às diversas solicitações que lhes foram feitas, podendo-se dizer que trabalharam em 1972 em plena carga, tendo-se utilizado 407 toneladas de perfilados de ferro na construção de material diverso. Na oficina de reparações eléctricas foram, entre outros, feitos trabalhos de modificação em 17 transformadores, adaptando-os com total reaproveitamento a novas condições de exploração.

CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA — Durante o ano de 1972 continuámos a prestar a melhor atenção a este capítulo da nossa actividade, tendo-se pro-

cedido à assinatura de contratos com novos consumidores e à devida actualização daqueles em que, justificadamente, tal medida se impunha.

— Destacamos, pela sua importância, ter sido fixado, por competente despacho de S. Exa. o Secretário de Estado da Indústria, um novo sistema tarifário a aplicar aos fornecimentos de energia aos Serviços Municipalizados de Viseu, enquanto não for estabelecido novo contrato, este certamente a celebrar com a recém-constituída Federação de Municípios do Distrito de Viseu. Nesta Federação, a cuja constituição se refere o Decreto-Lei N.º 528/72, de 19 de Dezembro último, vimos incluídos, entre outros, o concelho de Viseu, a cujos Serviços Municipalizados fornecemos energia em alta-tensão, e os concelhos de Nelas e Mangualde, onde, por concessão das respectivas Câmaras Municipais, vimos a desempenhar o serviço de pequena distribuição há mais de, respectivamente, 45 e 30 anos. Surpreendeu-nos a decisão tomada em relação a estes dois últimos concelhos, pois nas primeiras notícias aparecidas sobre a citada, nessa altura projectada, Federação só vimos incluídos concelhos onde o serviço não tinha sido dado de concessão. As negociações, então em curso, entre essas Câmaras e a Empresa, para a renovação de contratos oportunamente denunciados, levavam-nos a crer que se confirmava essa primeira orientação, a nosso ver justificada; inversamente, já não pensamos que se justifique a inclusão na mesma dos concelhos de Nelas e Mangualde, e aguardamos com o maior interesse a resolução dos múltiplos aspectos que envolvem a transmissão para as respectivas Câmaras Municipais das instalações que vínhamos a explorar, nomeadamente pelo facto de em 15 de Janeiro de 1972 ter sido publicado o Decreto-Lei N.º 22/72, que se refere a problemas de avaliação das instalações a transferir.

— Já atendendo a quanto estipula este último Decreto-Lei, assinámos em 27 de Julho um novo contrato de concessão de pequena distribuição com a Exma. Câmara Municipal de Penamacor, e pensamos que esse seria o caminho válido, de maior interesse para o País, aproveitando-se assim estruturas criadas que souberam e puderam corresponder ao que delas seria exigível, nomeadamente nos aspectos económico e social.

— Com a Exma. Câmara Municipal da Covilhã temos em curso o pedido, oportunamente apresentado, da revisão das tarifas do contrato de fornecimento de energia em alta-tensão, pois as anteriores condições estão manifestamente desactualizadas.

SERVIÇO SOCIAL — Em instalações da subestação de Seia, realizou-se, em 25 de Novembro, a IX Festa de Confraternização dos Funcionários da Empresa, no decorrer da qual foram proferidas palavras de muita amizade para todos os presentes e de profunda saudade por aqueles que, tendo dedicado o melhor do seu esforço e saber à Empresa, deixaram para sempre de connosco conviver. A todos quantos estiveram presentes, em especial aos nossos Exmos. convidados, mais uma vez agradecemos por quanto nos distinguiram com a sua honrosa presença. Bem marcado na nossa memória, pelos sentimentos envolvidos, ficou o momento da entrega de relógios de ouro, como lembrança de «40 anos de bons serviços», a 14 funcionários da Empresa.

— Continuámos a exercer no campo social a nossa já tradicional actividade, com a realização da festa do Natal e de Campos de Férias para os filhos de funcionários, tendo possibilitado aos mesmos a estadia em Colónia de Férias, na Figueira da Foz. O movimento verificado nas Cantinas da Sede e da Filial e na Messe, em Seia, mais uma vez nos fizeram crer terem sido acertadas as decisões oportunamente tomadas de as organizar e instalar. Foi durante o ano aprovado um novo regulamento para a «Concessão de subsídios de estudo e prémios escolares a filhos de funcionários da Empresa», em adaptação e substituição do que anteriormente vigorava, tendo concorrido à obtenção de subsídios 60 filhos de

funcionários e sido atribuídos os prémios escolares relativos ao ano lectivo de 1970/1971; a esta actividade damos particular atenção pelo que representa de promoção em relação aos próprios e a seus pais, pelo aumento de possibilidades individuais em que se traduz, e seus reflexos no futuro.

— Ao Centro de Cultura e Desporto dos Funcionários da Empresa, CAT 519, renovamos os nossos agradecimentos pela forma como souberam levar a efeito um vasto conjunto de realizações, nos aspectos culturais, recreativos e desportivos.

CUMPRIMENTOS — Ao terminarmos o nosso mandato, mais uma vez nos cumpre agradecer as prestimosas colaborações que nos foram prestadas pelas Exmas. Entidades oficiais, Caixa Geral de Depósitos e demais Instituições de crédito com que trabalhamos, pelo Exmo. Delegado do Governo, Snr. Eng.º José Jorge de Pinho, e pela Mesa da Assembleia Geral, Junta Consultiva e Conselho Fiscal, em particular aos seus Exmos. Presidentes. Especiais cumprimentos dirigimos ao Exmo. Snr. Dr. André Daniel Calvo Velasco, que, em representação da Companhia Eléctrica das Beiras, passou desde Maio a fazer parte da Junta Consultiva, e à Exma. Senhora Dr.ª D. Maria José Galhardo, que, a partir de Agosto, passou a ocupar o cargo de membro efectivo do Conselho Fiscal. Já no decorrer de 1973, assumiu a representação do Montepio Geral o Snr. Eng.º Augusto Manuel Antas de Barros, em substituição do Snr. Cons.º Dr. Mário Estevam da Silva Cardoso, que exercia, com a maior dedicação, essa função na Junta Consultiva desde a sua constituição, em 1965, pelo que lhe apresentamos, e ao seu sucessor, os melhores cumprimentos.

— Os nossos merecidos louvores a todos os funcionários da Empresa, que tão bem souberam corresponder a quanto deles se esperava e exigiu.

SITUAÇÃO FINANCEIRA — Da análise do Balanço, submetido à apreciação de VV. Exas., e da sua comparação com o anterior, ressalta claramente a evolução da situação financeira verificada no decurso do ano de 1972. Contribuiu largamente o aumento de capital realizado para a desafogada cobertura do «Passivo Exigível a Curto Prazo», de Esc. 30 267 693$23, pela soma dos valores do «Disponível», do «Realizável» e das «Existências», no valor total de Esc. 73 243 975$76. O «Passivo Exigível a Médio e a Longo Prazo», que em 31 de Dezembro de 1971 apresentava o valor de Esc. 169 613 845$60, foi reduzido para Esc. 149 376 685$50, apesar dos vultosos investimentos feitos, contidos no sensível aumento verificado no «Imobilizado». Ascende a «Situação Líquida», representada nas rubricas «Inicial», «Acumulada» e «Adquirida», a Esc. 342 641 201$82, a comparar com Esc. 289 154 467$64 verificada em 1971, o que bem traduz a solidez da Empresa e os recursos que possui para poder continuar a desempenhar a função de interesse público que, desde 1909, vem assumindo.

SALDO DA CONTA GANHOS E PERDAS — Para aplicação do lucro do exercício, de Esc. 15 322 334$18, que, adicionado ao saldo que transita de 1971, de Esc. 171 155$18, totaliza Esc. 15 493 489$36, propomos a seguinte aplicação:

Para Fundo de Reserva Legal	*Esc.*	*770 000$00*
Para Dividendo, cativo de impostos	*Esc.*	*13 315 050$00*
Para Fundo de Dividendos Futuros	*Esc.*	*1 400 000$00*
Para Saldo a Conta Nova	*Esc.*	*8 439$36*
Total Escudos		*15 493 489$36*

— Na proposta apresentada para Dividendo foram tomadas em consideração as condições do aumento de capital realizado em 1972 e a não atribuição de dividendo às acções próprias em carteira.

Lisboa, 1 de Março de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Gomes de Almeida Rezende — Presidente

Maria Emília Reis Ferreira Mirabeau da Cruz

Manuel Rodrigues Lagos

José Braz Frade Grangeio

José Guedes Pinto Machado

José Moreira de Vasconcellos

Álvaro Jorge
(C. Ribeiro Ferreira, Lda.)

Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

ACTIVO

DISPONIVEL			
CAIXA			
Sede	240 960$40		
Filial	1 293 521$60		
Subdelegações	1 211 599$30	2 746 081$30	
DEPÓSITOS À ORDEM		6 280 480$65	9 026 561$95
REALIZÁVEL			
CONSUMIDORES DE ENERGIA		22 606 864$20	
DEVEDORES E CREDORES		16 624 049$21	
TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		12 482 495$60	51 713 409$01
EXISTÊNCIAS			
ARMAZÉNS GERAIS		10 609 547$18	
OFICINAS GERAIS		1 894 457$62	12 504 004$80
IMOBILIZADO			
INSTALAÇÕES			
Produção	245 480 159$44		
Grande Distribuição	243 934 996$99		
Pequena Distribuição	179 503 922$27	668 919 078$70	
Amortizações		— 188 848 561$06	480 070 517$64
MATERIAL EM SERVIÇO	20 161 216$40		
APARELHOS DE RESERVA	6 334 475$80		
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	4 389 876$08		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8 577 261$67		
VEÍCULOS	3 099 724$90		
IMÓVEIS	34 351 511$74	76 914 066$59	
Amortizações		— 21 140 233$77	55 773 832$82
PROPRIEDADES RÚSTICAS		8 144 421$12	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		16 003 494$05	559 992 265$63
			633 236 241$39
TRANSITÓRIO			
ENCARGOS COM AUMENTO DE CAPITAL		1 220 952$90	
Amortizações		— 406 984$30	813 968$60
CONDICIONADO			
DEPÓSITOS DE GARANTIA			135 493$50
			634 185 703$49
EXTRA PATRIMÓNIO			
ACÇÕES EM CAUÇÃO		900 000$00	
GARANTIAS BANCÁRIAS		2 960 000$00	3 860 000$00

PASSIVO

A CURTO PRAZO			
DEVEDORES E CREDORES	7 372 907$20		
FORNECEDORES	5 335 756$60		
DIVIDENDO	130 043$40		
JUROS DE OBRIGAÇÕES	995 119$73		
FINANCIAMENTOS	14 000 000$00		
LETRAS A PAGAR	1 249 866$30		
OBRIGAÇÕES SORTEADAS	1 184 000$00	30 267 693$23	
A MÉDIO E A LONGO PRAZO			
FINANCIAMENTOS	82 456 685$50		
OBRIGAÇÕES DE 3,5 %	5 420 000$00		
OBRIGAÇÕES DE 5 %	1 500 000$00		
OBRIGAÇÕES DE 6 %	60 000 000$00	149 376 685$50	179 644 378$73
CONDICIONADO			
VALORES CATIVOS DE APLICAÇÃO DETERMINADA		102 081 570$60	
RECONSTITUIÇÃO DO INVESTIMENTO		4 936 080$04	
DEPÓSITOS DE GARANTIA		4 502 472$30	
PROVISÕES		380 000$00	111 900 122$94
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
INICIAL			
CAPITAL		200 000 000$00	
ACUMULADA			
RESERVAS			
Legal	18 590 000$00		
Extraordinária	10 000 000$00		
De Reavaliação	68 444 456$01		
Para Dividendos Futuros	3 600 000$00		
RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL	23 513 256$45		
PROVISÕES DIVERSAS	3 000 000$00	127 147 712$46	
ADQUIRIDA			
GANHOS E PERDAS			
Lucro do exercício	15 322 334$18		
Saldo de 1971	171 155$18	15 493 489$36	342 641 201$82
			634 185 703$49
EXTRA PATRIMÓNIO			
CREDORES POR ACÇÕES EM CAUÇÃO		900 000$00	
CREDORES POR GARANTIAS BANCÁRIAS		2 960 000$00	3 860 000$00

O DIRECTOR DO SERV. DE FIN. E CONTABILIDADE

Jacinto Manuel Pardal

Lisboa, 31 de Dezembro de 1972

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «GANHOS E PERDAS» NO ANO DE 1972

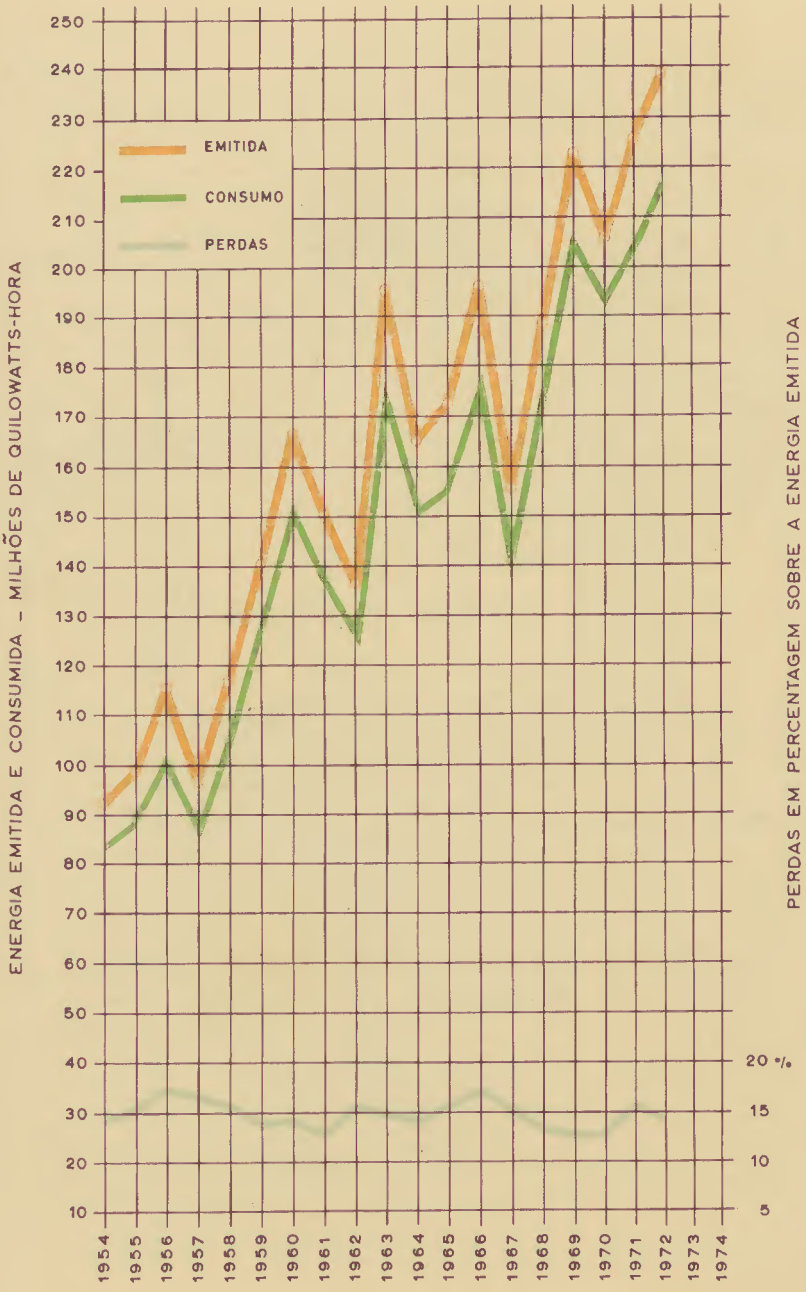
DÉBITO		
ENCARGOS COM ÓRGÃOS SOCIAIS		4 876 890$90
ENCARGOS COM O PESSOAL		43 458 794$10
ENCARGOS COM MATERIAIS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		29 275 613$80
ENERGIA ADQUIRIDA		24 100 411$30
CONSUMOS E SERVIÇOS DIVERSOS		4 776 907$80
ENCARGOS COM PUBLICIDADE		17 938$00
SEGUROS		700 316$10
ENCARGOS FISCAIS E PARAFISCAIS		5 845 639$70
ENCARGOS FINANCEIROS		14 419 384$53
ENCARGOS OCASIONAIS E DIVERSOS		1 363 792$29
ENCARGOS DE INVESTIMENTO		23 495 636$47
PROVISÕES E AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS COM AUMENTO DE CAPITAL		786 984$30
RESULTADOS		
Lucro do exercício	15 322 334$18	
Saldo de 1971	171 155$18	15 493 489$36
		168 611 798$65

CRÉDITO		
VENDA DE ENERGIA		113 168 840$30
RECEITAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		10 576 536$06
PROVEITOS FINANCEIROS		
Juros e Descontos	258 724$10	
Rendimentos de Títulos e Participações	390 637$20	649 361$30
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÕES ACESSÓRIAS		778 229$40
OBRAS E PROVEITOS INTERNOS		43 267 676$41
Saldo de 1971		171 155$18
		168 611 798$65

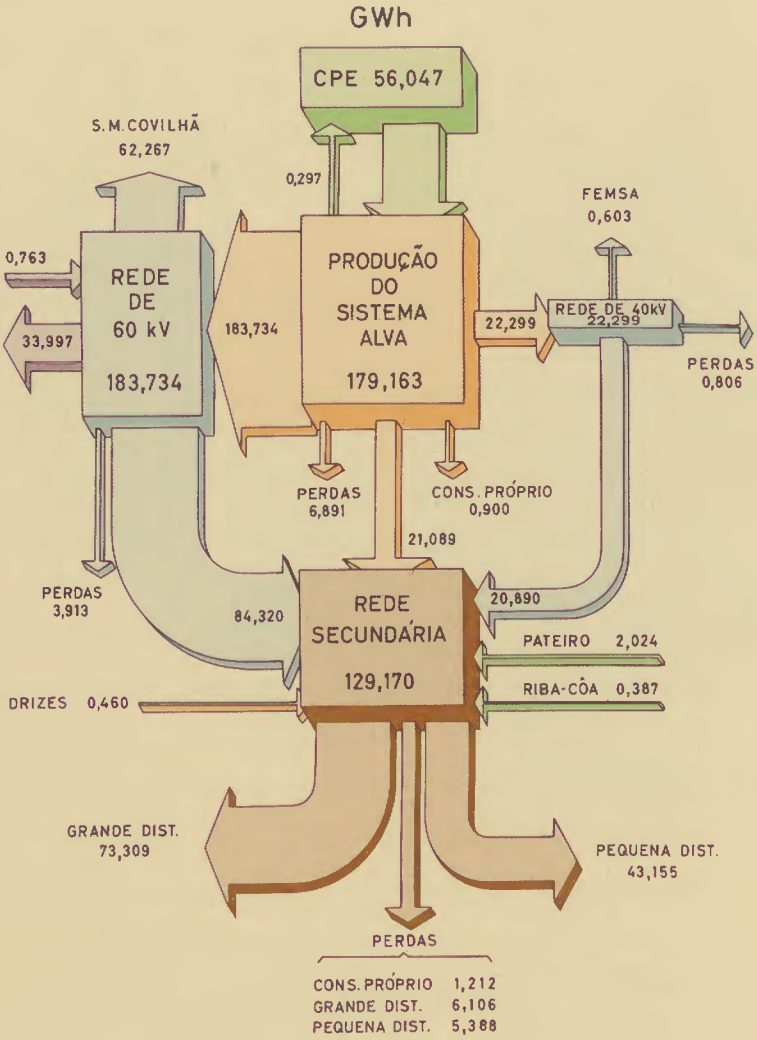
MAPA E GRÁFICOS

ZONA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

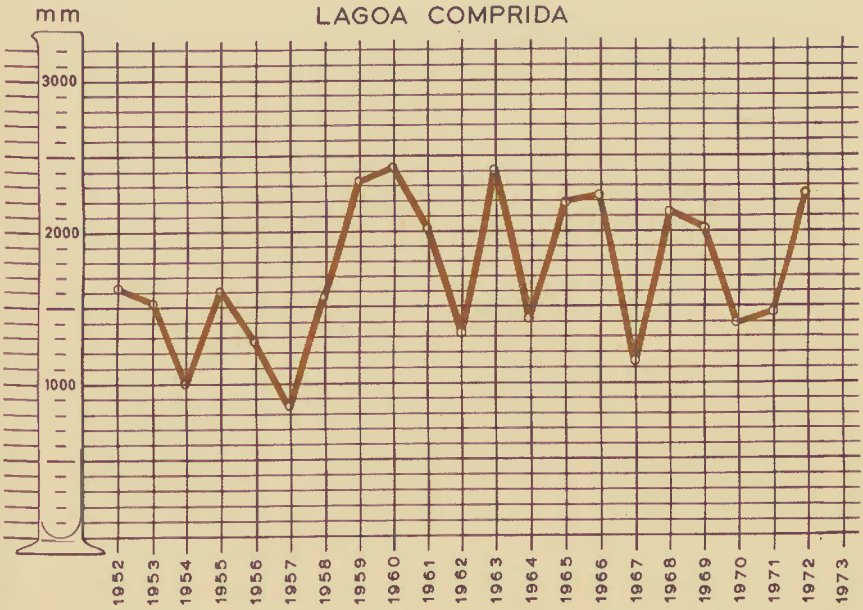
EMISSÃO E CONSUMO DE ENERGIA

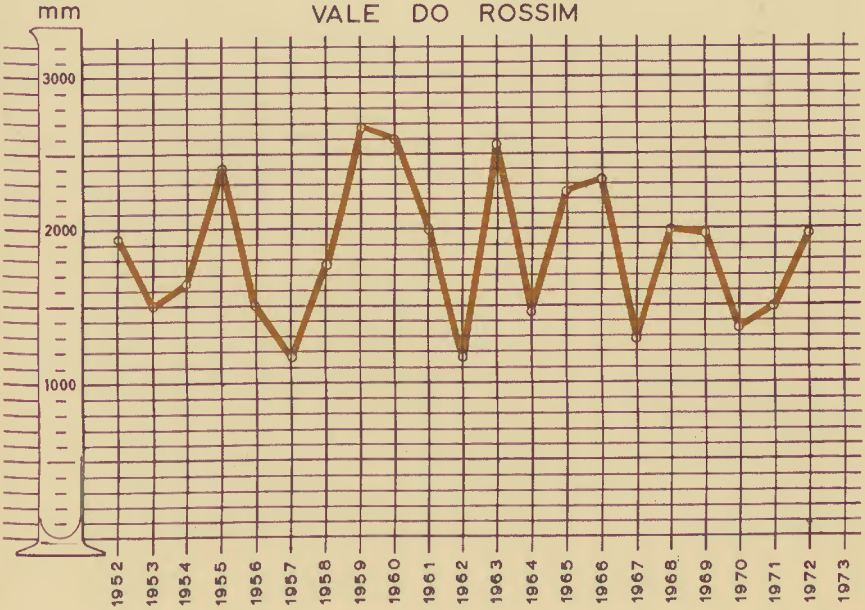


MOVIMENTO DE ENERGIA

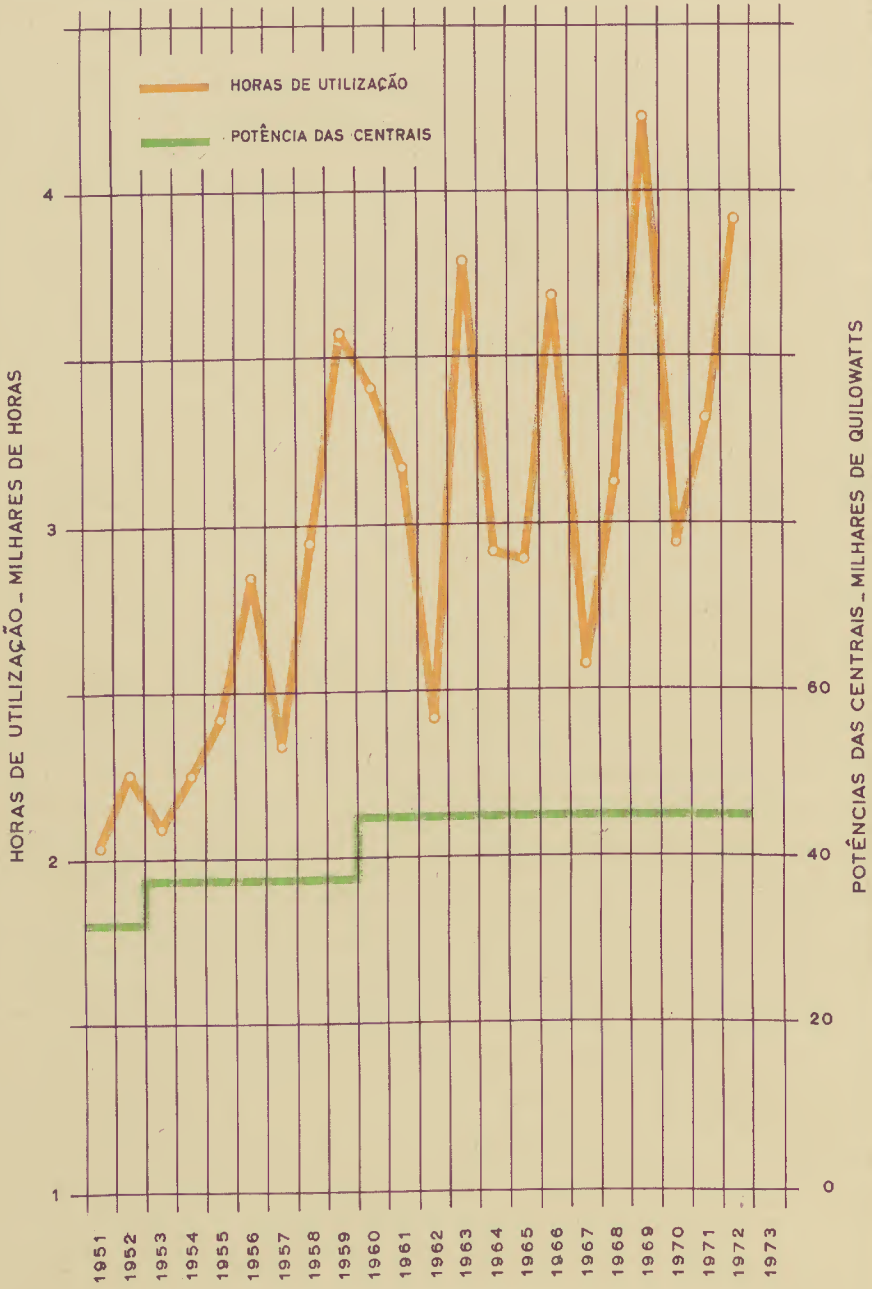


PRECIPITAÇÕES ANUAIS

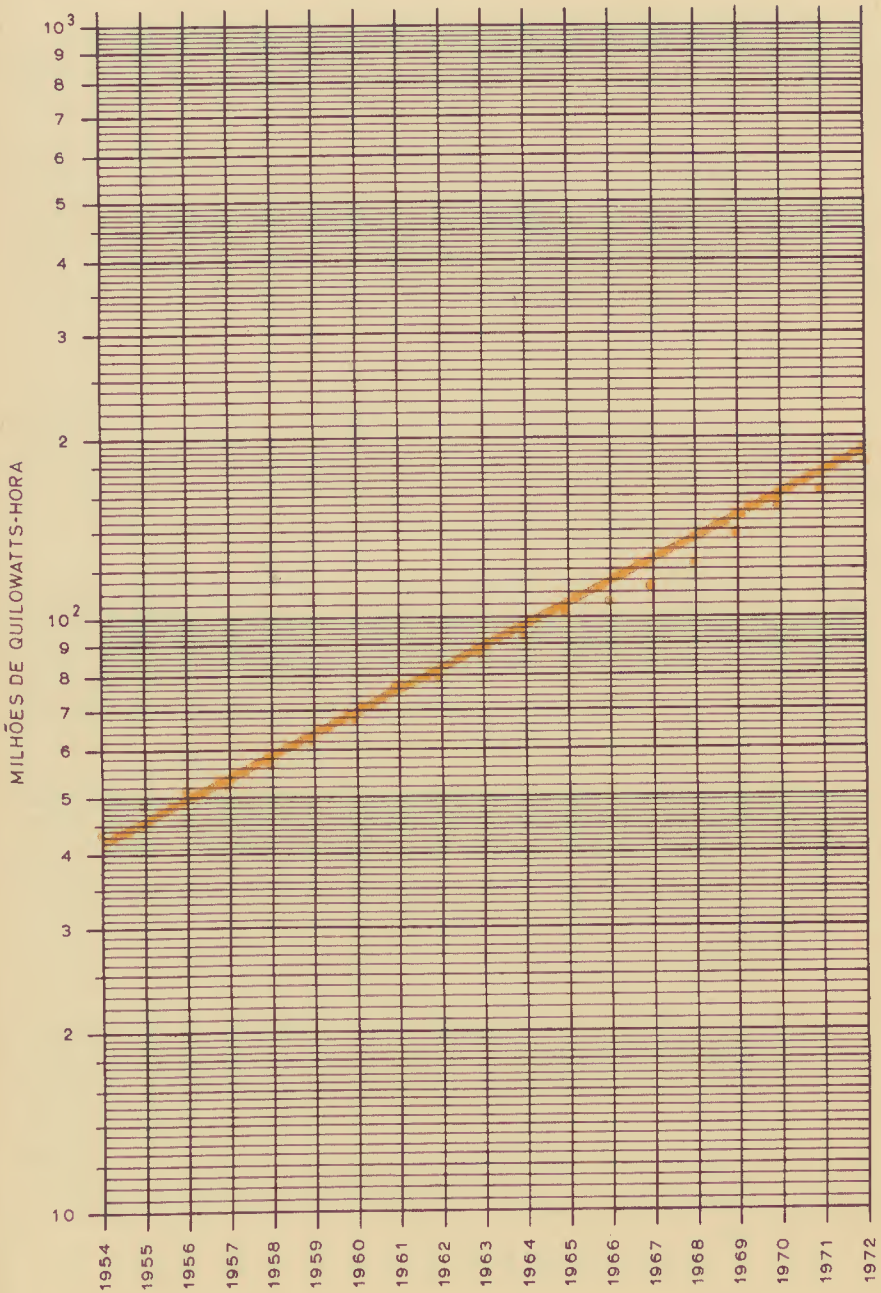




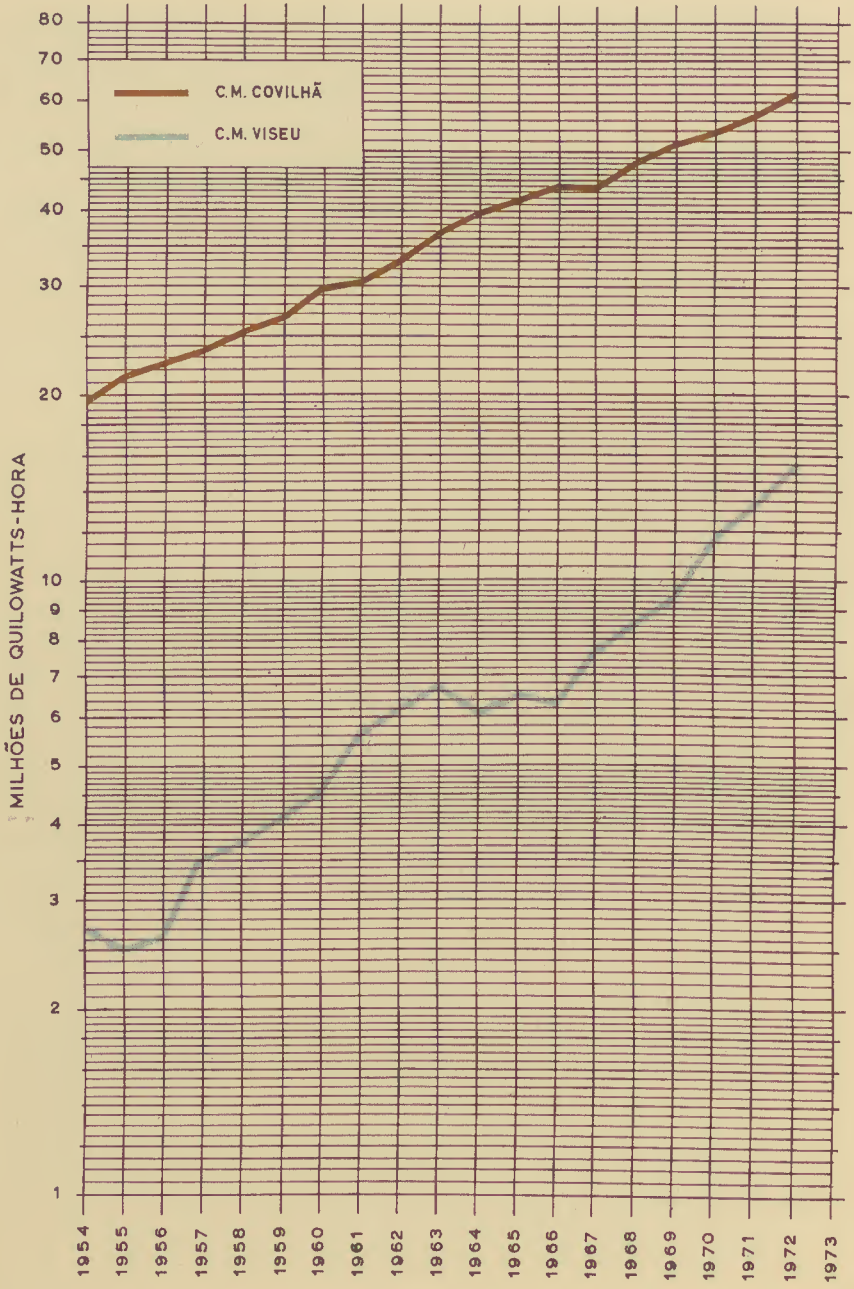
UTILIZAÇÃO ANUAL DA POTÊNCIA INSTALADA NAS CENTRAIS



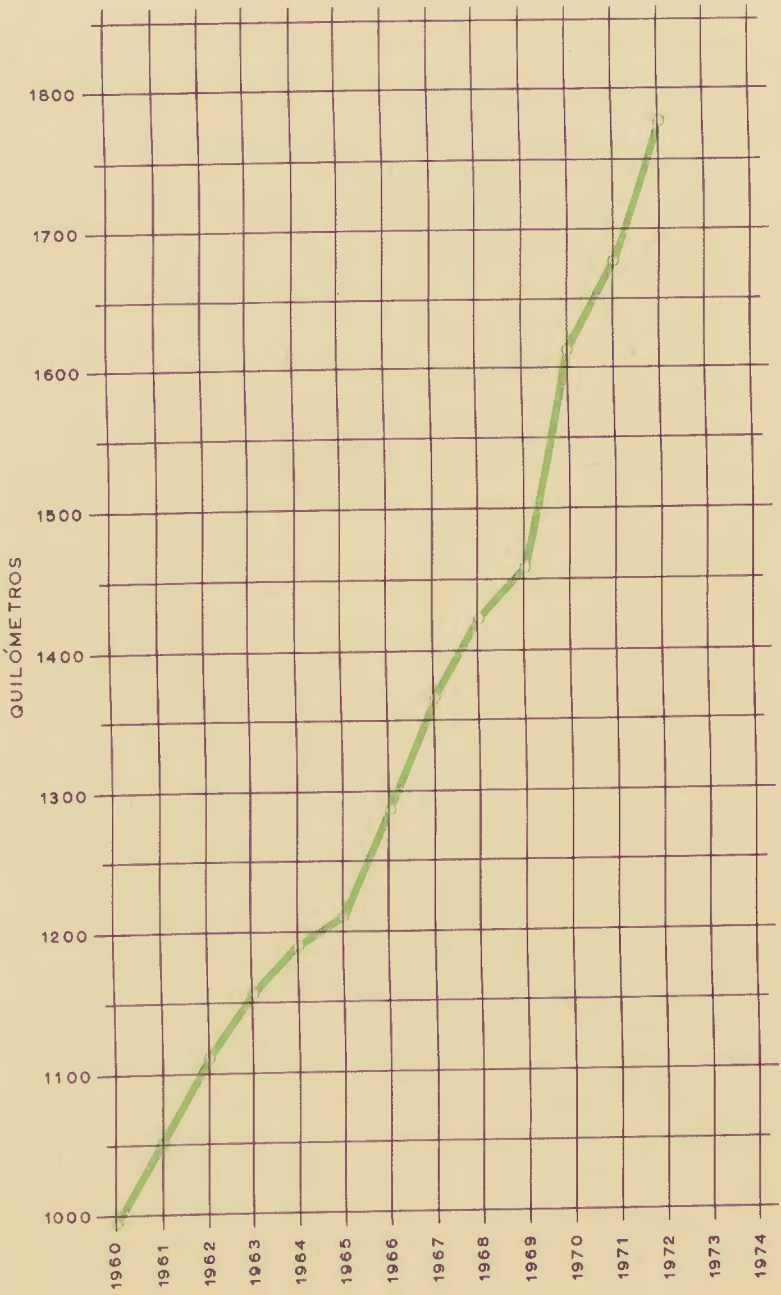
EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS PERMANENTES



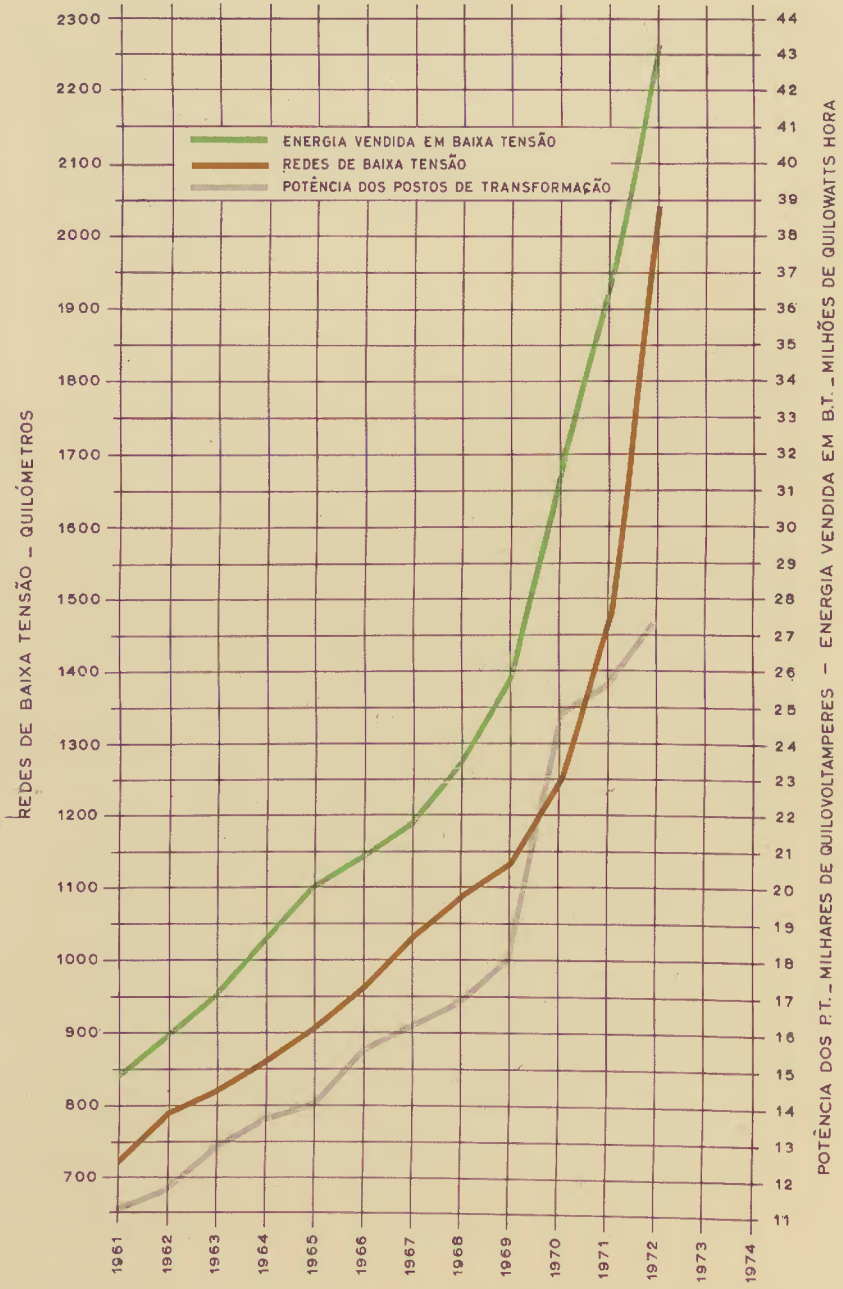
ENERGIA FORNECIDA À C. M. DA COVILHÃ E À C. M. DE VISEU



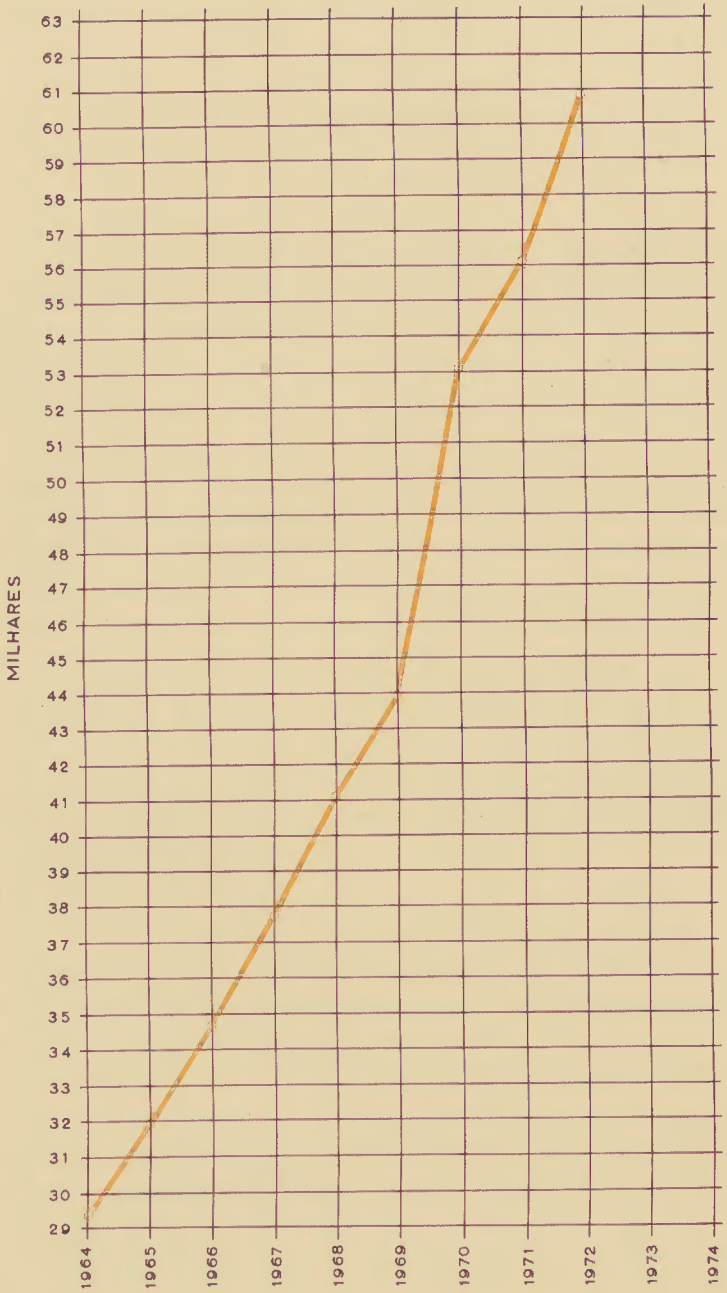
LINHAS DE ALTA-TENSÃO



ENERGIA VENDIDA EM BAIXA-TENSÃO, REDES DE BAIXA-TENSÃO E POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



NÚMERO DE CONSUMIDORES



EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DOS CONSUMOS DE BAIXA-TENSÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1972, o Conselho Fiscal acompanhou com todo o interesse a gestão dos negócios sociais, assistiu a reuniões do Conselho de Administração, do qual obteve sempre os elementos e as informações que solicitou, procedeu a contagens de valores e examinou periodicamente a escrituração, que encontrou em ordem.

Já no muito elucidativo relatório do Conselho de Administração se referem os aspectos mais salientes da vida da Empresa e o incremento da actividade desenvolvida; sublinha-se agora, em especial, a alteração estatutária deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de trinta de Maio de mil novecentos e setenta e dois, na qual também foi aprovado o aumento de capital social, cuja subscrição constituiu um verdadeiro êxito.

Este Conselho põe ainda em relevo, muito gostosamente, a evolução favorável da situação financeira da Empresa e que a criteriosa gestão do Conselho de Administração permitiu a realização de investimentos que elevaram em mais de 41 mil contos o activo imobilizado inicial, beneficiando o passivo exigível de apreciável redução, que atinge cerca de 43 mil contos, em termos de a soma desses valores ultrapassar largamente o aumento de capital efectuado.

A contabilidade da Empresa bem como o balanço, a conta de Ganhos e Perdas e o relatório do Conselho de Administração satisfazem as disposições legais e estatutárias, não havendo alteração dos critérios valorimétricos adoptados.

Perdeu o Conselho Fiscal, no ano findo, um dos seus mais prestantes colaboradores, o Senhor Fernando Nunes de Carvalho, antigo e devotado Accionista da Empresa, que é lembrado com saudade e pesar muito sentidos.

Dirigindo as suas cordiais saudações ao Senhor Presidente do Conselho de Administração e a esse Conselho, com o qual colaborou sempre com o maior prazer, agradece o

Conselho Fiscal a amável referência que no relatório lhe é feita e ao seu Presidente e associa-se aos cumprimentos ali expressos bem como ao merecido louvor aos funcionários da Empresa.

Como termina o período por que foram eleitos os componentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Junta Consultiva e findou o mandato dos vogais da Comissão a que alude o artigo 29.º dos Estatutos, há que proceder ao preenchimento dos respectivos cargos.

Concluindo, o Conselho Fiscal é de parecer e tem a honra de propor a VV. Exas.:

1.º — que aprovem o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a conta de Ganhos e Perdas e a proposta de aplicação de resultados, tudo relativo ao exercício de 1972;

2.º — que louvem o Conselho de Administração pela elevada competência e zelo com que geriu os negócios sociais;

3.º — que procedam a eleições para preenchimento dos cargos acima referidos.

Lisboa, 8 de Março de 1973.

O CONSELHO FISCAL

António Francisco Rodrigues Nogueira Dias Costa — Presidente

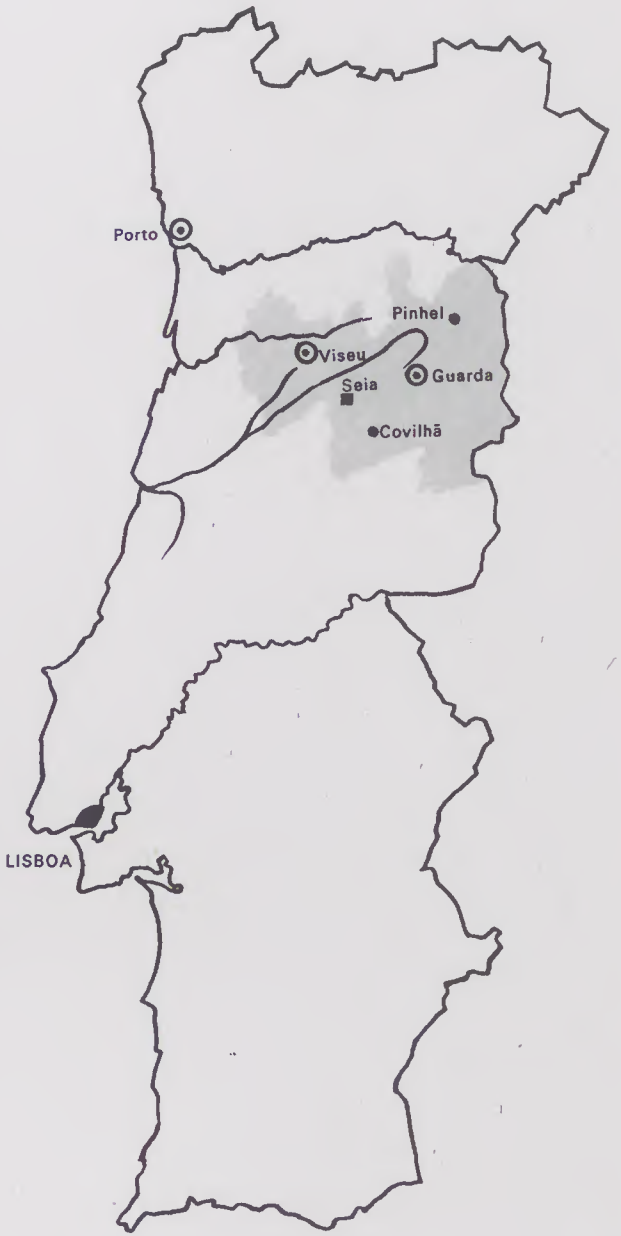
Maria José Galhardo

António Braz Pessoa Lopes da Costa Leitão

Carlos Fernando Olavo Corrêa de Azevedo

Albano da Costa Lobo
(Pancada, Moraes & C.ª)

Barragem do Covão do Forno


Porto
Pinhel
Viseu
Guarda
Seia
Covilhã
LISBOA